

**ANEXO I**  
**MODELO DE PLANO DE TRABALHO – PROCEDIMENTO DISCIPLINAR ACUSATÓRIO**  
**(DATA: \_\_\_/\_\_\_/20XX)**

**1- Identificação**

<b>1.1</b> – Número do Processo:	<b>1.2</b> – Modalidade do Procedimento:
<b>1.3</b> – Assunto:	
<b>1.4</b> – Portarias Instauração/Prorrogação/Recondução:	
<b>1.5</b> – Membros da Comissão:	
<b>1.6</b> - Atualizado no Sistema de Informação da CGU	

**2 – Execução do Planejamento**

PLANEJAMENTO		EXECUÇÃO	OBSERVAÇÕES
Atividades a serem realizadas	Data prevista para conclusão	Data de realização	
<b>2.2.1.</b> Instalação da Comissão e início dos trabalhos			
<b>2.2.2.</b> Estudo do processo			
<b>2.2.3</b> Comunicações e requisições ordinárias			
<b>2.2.4.</b> Notificação de acusado(s) Descrição – informar quantidade de acusado(s)			
<b>2.2.5.</b> Oitiva de testemunha(s) e demais diligências Descrição – informar quantidade de oitivas e as diligências a serem realizadas			
<b>2.2.6.</b> Interrogatório de acusado(s) – quando aplicável Descrição – informar quantidade			
<b>2.2.7.</b> Indiciação de acusado(s) – quando aplicável Descrição – informar quantidade			

<b>2.2.8.</b> Citação – quando aplicável			
Descrição:			
<b>2.2.9.</b> Análise da defesa – quando aplicável			
<b>2.2.10.</b> Relatório Final			

**3 – Outras Informações**

**MODELO DE PLANO DE TRABALHO – PROCEDIMENTO CORRECIONAL INVESTIGATIVO**  
**(DATA: \_\_\_/\_\_\_/20XX)**

**1- Identificação**

<b>1.1</b> – Número do Processo:	<b>1.2</b> – Modalidade do Procedimento:
<b>1.3</b> – Assunto:	
<b>1.4</b> – Portarias Instauração/Prorrogação/Recondução:	
<b>1.5</b> – Membros da Comissão/servidor designado:	
<b>1.6</b> - Atualizado no Sistema de Informação da CGU:	

**2 – Execução do Planejamento**

PLANEJAMENTO		EXECUÇÃO	OBSERVAÇÕES
Atividades a serem realizadas	Data prevista p/ conclusão	Data de realização	
<b>2.2.1.</b> Instalação da Comissão e início dos trabalhos			
<b>2.2.2.</b> Estudo do processo			
<b>2.2.3.</b> Oitiva de testemunha(s) e diligências Descrição – informar quantidade de oitivas e as diligências a			

serem realizadas		
<b>2.2.4.</b> Relatório Final		
<b>3 – Outras Informações</b>		

**MODELO DE PLANO DE TRABALHO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (PAR)**  
**(DATA: \_\_\_/\_\_\_/20XX)**

**1- Identificação**

<b>1.1</b> – Número do Processo:	<b>1.2</b> – Modalidade do Procedimento:
<b>1.3</b> – Assunto:	
<b>1.4</b> – Portarias Instauração/Prorrogação/Recondução:	
<b>1.5</b> – Membros da Comissão:	
<b>1.6</b> - Atualizado no Sistema de Informação da CGU	

**2 – Execução do Planejamento**

PLANEJAMENTO		EXECUÇÃO	OBSERVAÇÕES
Atividades a serem realizadas	Data prevista p/ conclusão	Data de realização	
<b>2.2.1.</b> Instalação da Comissão e início dos trabalhos			
<b>2.2.2.</b> Estudo do processo			
<b>2.2.3.</b> Notificação de pessoa jurídica			
<b>2.2.4.</b> Oitiva de testemunha(s) e diligências Descrição – informar quantidade de oitivas e as diligências a serem realizadas			
<b>2.2.5.</b> Indiciação – quando aplicável			

<b>2.2.6.</b> Intimação – quando aplicável			
Descrição:			
<b>2.2.7.</b> Análise da defesa – quando aplicável			
<b>2.2.8.</b> Relatório Final			

**3 – Outras Informações**

--

## ANEXO II

### MODELO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA			
<b>PROCESSO RELACIONADO</b>		NUP nº	
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR COMPROMISSÁRIO</b>			
NOME:			
SIAPE:		UNIDADE DE EXERCÍCIO:	
TELEFONE:		E-MAIL:	
<b>2 - AUTORIDADE CELEBRANTE</b>			
NOME:			
CARGO:			
<b>3 - PROPOSTA DE TAC</b>			
OFÍCIO:	<input type="text"/>	A PEDIDO:	<input type="text"/>
<b>4 - FUNDAMENTOS DE FATO E DIREITO</b>			
<b>5 – DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO</b>			
		Outras observações:	
<b>6- COMPROMISSO (Cláusulas Obrigacionais)</b>			
<b>7 - EXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO</b>			
SIM:	<input type="checkbox"/>	NÃO:	<input type="checkbox"/>
VALOR DO RESSARCIMENTO:			
<b>8 – PRAZO DE CUMPRIMENTO</b>			
<b>9 - FORMA DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS</b>			
A fiscalização das obrigações assumidas pelo compromissário será realizada por sua chefia imediata, ora exercida por _____, a quem lhe será encaminhada cópia deste Termo, cabendo-lhe comunicar imediatamente à Autoridade Celebrante caso haja o seu descumprimento e/ou se houver qualquer alteração na relação hierárquica existente, sob as penas da Lei nº 8.112, de 1990.			
<b>10 – DECLARAÇÃO SOBRE ATENDIMENTO ÀS VEDAÇÕES</b>			
O compromissário declara, ainda:			
a) Não ter, nos últimos dois anos, gozado do benefício estabelecido na IN CGU nº 04, de 2020;			
b) Não possuir registro válido de penalidade disciplinar em seus assentamentos funcionais;			
c) Estar ciente que a inobservância das obrigações estabelecidas neste TAC caracteriza o descumprimento do dever previsto no art. 116, inciso II da Lei nº 8.112, de 1990;			
e) Estar ciente que, declarado o cumprimento do TAC, não será instaurado procedimento disciplinar pelos mesmos fatos objeto do ajuste e, que o seu descumprimento ensejará as providências necessárias à instauração ou continuidade do respectivo procedimento disciplinar; e			
f) Estar ciente que a celebração do TAC suspende a prescrição até o recebimento, pela Autoridade Celebrante, da declaração de seu cumprimento pela chefia imediata do Compromissário.			

**11 - LOCAL E DATA**

Rio de Janeiro/RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**ASSINATURA DO COMPROMISSÁRIO:****ASSINATURA DA AUTORIDADE CELEBRANTE:**

**ANEXO III**  
**TERMO DE CONFIRMAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO E NÃO SUSPEIÇÃO PARA**  
**ATUAÇÃO EM PROCESSO CORRECIONAL**

<b>Identificação do servidor e do processo correcional</b>	
Nome:	
Matrícula Siape:	
Atribuição:	<input type="checkbox"/> Presidente de comissão processante <input type="checkbox"/> Vogal de comissão processante <input type="checkbox"/> Servidor designado <input type="checkbox"/> Defensor(a) dativo(a) <input type="checkbox"/> Secretário <b>ad hoc</b> <input type="checkbox"/> Assistente Técnico <input type="checkbox"/> Perito
Número do processo:	
Fatos sob apuração:	
Acusados:	

<b>Indicação de eventual situação de impedimento ou suspeição (preenchido pelo servidor)</b>	
<input type="checkbox"/>	Não sou impedido e nem suspeito para atuar no processo em epígrafe exercendo a atribuição informada.
<input type="checkbox"/>	Sou impedido ou suspeito para atuar no processo em epígrafe, vide hipótese (s) assinalada (s) abaixo:
<b>Hipóteses de impedimento ou suspeição</b>	<input type="checkbox"/> Não sou servidor estável (Lei 8.112, de 1990, art. 149, <b>caput</b> ).
	<input type="checkbox"/> Não posso atuar como presidente da comissão por não ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ou por não ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado (Lei 8.112, de 1990, art. 149, <b>caput</b> ).
	<input type="checkbox"/> Sou cônjuge, companheiro (a) ou parente do (a) acusado (a), consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau (Lei 8.112, de 1990, art. 149, §2º). Nome do acusado (a):
	<input type="checkbox"/> Tenho interesse direto ou indireto na matéria (Lei 9.784, de 1999, art. 18, I). Indicação do interesse e sua relação com o objeto do processo:
	<input type="checkbox"/> Participei como perito, testemunha ou representante do (a) acusado (a) ou de cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau (Lei 9.784, de 1999, art. 18, II). Nome do acusado (a):
	<input type="checkbox"/> Litiguei ou estou litigando judicialmente ou administrativamente com o (a) acusado (a) ou respectivo cônjuge ou companheiro (Lei 9.784, de 1999, art. 18, III). Nome do acusado (a):

	<input type="checkbox"/>	Tenho amizade íntima ou inimizade notória com o (a) acusado (a) ou respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau (Lei 9.784, de 1999, art. 20). Nome do acusado (a):
	<input type="checkbox"/>	Participei em análises e atividades anteriores referentes aos fatos em apuração, como juízos de admissibilidade, investigações preliminares, sindicâncias, auditorias, fiscalizações, operações especiais, bem como outros procedimentos de caráter investigativo e/ou contraditório nos quais informei minhas convicções. Indicação da atividade:
	<input type="checkbox"/>	Outras situações (p. ex. "sou o autor da representação que impulsionou o processo"):

Declaro, ainda, que tenho ciência de que constitui crime, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, a omissão, em documento público ou particular, de declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

Assinatura do Servidor(a)